



PROJETO DE LEI 2316/2022

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários.

EMENDA Nº

Inclua-se o § 14, ao artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 4º .

§ 14. *As autorizações de transporte de gás natural, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 30 (trinta) anos, contado do início da operação comercial da instalação, considerando as seguintes condições*

I – O agente de transporte que tenha recebido autorização e esteja em operação, poderá renová-la por mais 30 (trinta) anos a partir da data de vencimento desta, mediante pagamento de outorga na forma a ser definida pela ANP, ou pode ficar isento de qualquer pagamento, desde que realize investimento nos próximos 5 (cinco) anos em valor equivalente ao custo da instalação de transporte que foi renovada, cabendo a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definir as prioridades com base no Plano Indicativo dos Gasodutos de Transporte – PIG;

II –após o período da autorização deverão ser revertidos à União, bens imóveis, instalações e equipamentos do empreendimento de transporte dutoviário;

III - não serão considerados, para a isenção referida no inciso I, os investimentos realizados na ampliação em gasodutos existentes ou no aumento da sua capacidade de transporte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....”

Apresentação: 21/10/2022 16:26 - CDEICS
EMC 4 CDEICS => PL 2316/2022

EMC n.4

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo em questão tem como objetivo regular o ato autorizativo, tanto no prazo quanto no período após a sua exploração. Estas questões são omissas na legislação atual.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2022

Deputado RODRIGO DE CASTRO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226425582100>

